

A oposição imaginária **Comentários a artigo de Roberto Mangabeira Unger**

Paulo Roberto de Almeida

Como toda situação – e o PT, hoje, é mais do que situação: ele é o próprio *status quo* –, o governo comandado pelo PT enfrenta uma oposição de “direita” e uma outra de esquerda”, embora nem sempre se saiba onde está uma e onde se escondeu a outra, como tampouco é fácil determinar se a oposição que é considerada de “esquerda” o é efetivamente, ou se ela apenas traveste seus argumentos sob uma roupagem aparentemente progressista, enganando com isso os incautos, entre os quais se encontra a maior parte dos jornalistas.

O acadêmico Roberto Mangabeira Unger (“Por que oposição?”, FSP, 27.01.04), que durante muito tempo militou nas fileiras da “oposição” – à ditadura militar, à ditadura de Wall Street, aos governos populistas, aos governos neoliberais e aos governos simplesmente social-democratas – e que supostamente ainda milita, hoje, contra qualquer engodo que se faça a seus sacrossantos princípios “transformistas” – que não se sabe bem quais seriam –, empreendeu uma cruzada, não completados três meses de governo, contra a administração de Lula e seus ministros enquadrados. Curiosa inversão de julgamento e de percepção a do professor de Harvard, pois que na fase final da última campanha presidencial ele recomendava, contra a opinião e a vontade do seu candidato Ciro Gomes, que este simplesmente renunciasse, em favor de Lula, como forma de fazer este último ganhar as eleições desde o primeiro turno (daí ter sido despedido pelo seu antigo companheiro de armas e bagagens).

Pelo tom dos últimos três manifestos e meio da “oposição de esquerda”, sabemos como pode ser santa a ira desses acadêmicos frustrados, engabelados em seus propósitos transformistas pelos praticantes da *realpolitik* versão PT. Eles se insurgem contra a autonomia do Banco Central, contra a “focalização” das políticas sociais, contra o superávit primário, contra os juros altos, contra o acordo com o FMI, enfim contra todos e contra tudo que não caminhe no sentido das medidas de política econômica e social preconizadas por eles – inclusive pelos próprios petistas – quando estavam na confortável situação de oposição a “tudo isso que está aí” (e que pelo jeito continua). Pois é isso que deixa furiosos esses eternos sonhadores do milenarismo *prêt-à-porter*, do salvacionismo instantâneo, da revolução portátil e das frases de efeito gastas de tanto uso inconsciente: eles não se conformam com a continuidade de tudo isso que está aí.

O ilustre professor, dono de uma pluma tão certa quanto um arcabuz renascentista, se insurge contra o que ele chama de “assalto em curso (pelo PT, obviamente) contra as instituições republicanas e a idéia democrática no Brasil”. Tão graves ofensas – que não se sabe, exatamente, como se materializaram no céu morno da política brasileira – devem merecer resposta imediata da “oposição”, nos mesmos terrenos nos quais elas são presumivelmente conduzidas: no espaço diáfano do “imaginário” e no campo mais concreto das “instituições e das práticas”.

Surpreendente professor: todos os outros “opositores” acusam o PT de continuismo, de insensibilidade social, de renúncia ao “projeto nacional” – seja lá o que isso queira dizer – e até de se ter “vendido” ao capital monopolista internacional, materializado nos banqueiros de Wall Street e da Avenida Paulista, mas só o professor de Harvard conseguiu descobrir que o PT desfechou, na verdade, um ataque frontal contra a República e a democracia. Tão brutal assalto – que nem sequer foi consumado pelas armas da crítica a tudo o que era anteriormente pregado, de forma claramente inconsistente e equivocada, pela então oposição – justificaria, de fato, que o nosso ilustre professor pratique, de forma implacável, a crítica das armas hoje empregadas pela mesma oposição finalmente chegada ao poder? E quais são essas armas curiosamente invertidas?

Aos olhos dos mais argutos observadores, as armas consistem no seguinte: respeito aos contratos, não rompimento com as obrigações assumidas internacionalmente pelo Brasil, adesão a regras sãs de um orçamento sustentável, responsabilidade fiscal e emissionista, opção por um processo de mudanças administrado, sem rupturas bruscas, aceitação do mercado como princípio organizador do jogo econômico, realismo cambial e paciência monetária, tais são as “armas” mobilizadas pelo PT em seu “assalto ao poder” e na administração subsequente da fortaleza conquistada. Tudo isso estava escrito, com todas as letras, na “Carta ao Povo Brasileiro”, de junho de 2002, no programa de governo apresentado logo no mês de julho seguinte e na carta entregue pelo candidato Lula ao presidente FHC, quando do encontro para a apresentação do acordo com o FMI, em 19 de agosto daquele ano. Não cabe, portanto, a acusação de que o PT tenha sido falsário, portador de um contrato escrito em letras miúdas ou um reles embromador de consciências ingênuas (entre as quais deveria, por acaso, incluir-se a do ilustre professor?). Apenas ocorreu que os frustrados de hoje não quiseram, ou não puderam, então, ver a realidade cristalina que espoucava aos olhos de quem não tivesse essas viseiras mentais que soém acompanhar os verdadeiros ideólogos e os sonhadores irrecuperáveis.

Tanto foi assim que, eu mesmo – que ainda em abril de 2002 tinha apostado com um colega acadêmico que o governo passaria para o segundo turno (no que acertei) e que, qualquer que fosse esse candidato, ganharia no segundo turno do candidato do PT (no que perdi, e devo um jantar ainda não pago) –, ao constatar a enormidade das mudanças reais que apontavam no horizonte, comecei a escrever, entre a “carta-compromisso” e duas semanas antes de realizar-se o primeiro turno, uma série de artigos “premonitórios”, enfiados sob o título comum de “consequências econômicas das vitórias”, que depois foram reunidos no meu livro *A Grande Mudança* (apenas um deles foi escrito depois das eleições, mas já chamado de “consequências econômicas das derrotas”, e dirigido à fase de transição).

Se eu, que não moro em Harvard, mas que nesse momento vivia em Washington, percebi antecipadamente a radicalidade das mudanças ocorridas no PT e nas idéias de sua *nomenklatura*, e disso tirei todas as consequências práticas, como poderia o ilustre professor ter deixado passar essa revolução copernicana nos céus da política brasileira? Logo ele, que sempre se cercou de candidatos adeptos das mudanças e das reformas radicais (primeiro Brizola, depois Ciro Gomes e, finalmente, Lula), como pode ter deixado que forças obscuras, e até agora não identificadas, impedissem sua visão e fechassem sua mente para o que todos os intelectuais reclamavam incessantemente: mudanças!

Pois o partido mudou, e para melhor, ganhando com isso os corações e mentes dos brasileiros de classe média, que são os que decidem eleições, e habilitando-se portanto a governar com todos aqueles desprovidos de viseiras mentais. Explica-se, assim, que todos os antigos e atuais opositores da “esquerda econômica” tenham sido mantidos à margem da fase decisiva da campanha e depois alijados, completamente afastados, de quaisquer cargos de responsabilidade na nova administração reformada que passou a mandar no país: eles não tinham mudado, não pretendiam mudar e não viam, sequer, a necessidade de mudança. Eles eram conservadores, na melhor das hipóteses, reacionários, na pior delas, pretendendo fazer girar para trás a roda da história, segundo concepções ultrapassadas de economia e de política social que não podiam mesmo funcionar no Brasil moderno e transformado que passou para nova direção.

Pretender agora que o governo atual tenha conduzido um assalto ao “imaginário” – cuja exata definição não se encontra em nenhum parágrafo do texto do ilustre professor – constitui, ou total falta de imaginação política, ou um imaginário político propriamente surrealista. Como fica

difícil lutar contra moinhos de vento, vejamos imediatamente o segundo conjunto de acusações do ilustre professor, o de que o governo do PT tenha feito um assalto de “neutralização” das forças republicanas e democráticas do Brasil. Se isto fosse verdade, esse “assalto” converteria a simples vitória eleitoral do PT em um evento de proporções gigantescas na história política brasileira, mais importante, em todo caso, do que a revolução de 1930, o golpe de 1964, o putsch da República, o fechamento da Constituinte de 1823, enfim, todos aqueles “momentos de ruptura” que encantam os historiadores e servem aos intelectuais como exemplos de “mudanças paradigmáticas”. De toda forma, ofende à inteligência de cidadãos normais, como eu e o que porventura me lê agora, ouvir que o PT está conduzindo uma ofensiva “anti-democrática e anti-republicana”. Se isto fosse verdade, eu não hesitaria em gritar: “*Aux armes, citoyens!*”

Para não dizer que não concordo com nada do que escreveu o professor de Harvard, vou selecionar uma de suas frases sempre cortantes para manifestar-lhe meu total apoio. Pois eu concordo, em gênero, número e grau, em que “A doutrina do governo não é social-democracia nem neoliberalismo. É simplesmente hegemonia: o poder como meio e como fim.” Está aí uma verdade cristalina deste governo, também válida para o *ancien régime* do tucanato, para a ditadura dos militares, para a suposta “república sindicalista” por eles derrubada, assim como seria válido também qualquer outro governo em qualquer outra época histórica. A lógica do poder, a que supostamente se atêm todos os governos – do contrário seriam simulacros de governo – é a da indivisibilidade dos centros de decisão, é a do comando indisputado do processo decisório. Mas para saber isso, não se precisa ser de Harvard: trata-se de uma das mais rudimentares evidências do jogo político, de Maquiavel a Max Weber, ou de Getúlio a Lula.

Ao contrário do que acredita o professor, não há exceção a essa regra elementar da vida política, sendo ela, portanto, válida também para a universidade, ambiente natural no qual são feitas as inúmeras reflexões que vejo publicadas nas páginas dos jornais com tanta desenvoltura pelo professor e seus colegas acadêmicos. Pois a universidade está igualmente carente de uma boa reforma, ou melhor, de uma mudança revolucionária, que a coloque em condições de cumprir sua função social, e não ser apenas um ameno ambiente de elocubrações metafísicas por parte das corporações que ocupam seus cenáculos sempre tão enriquecedores do espírito. Apenas se espera que, por uma vez, as organizações clânicas que disputam essa entidade diáfana chamada “poder acadêmico” não se coloquem contra uma reforma inevitável e necessária.

Professores ilustrados normalmente saem em defesa de teses revolucionárias, como as da inclusão social, da incorporação dos disprivilegiados ao ensino de qualidade e outras conquistas sociais que até hoje são o apanágio de uma minoria no Brasil. Acadêmicos do imaginário: façam com que a universidade seja uma parte da solução dos problemas do Brasil, não que ela se converta na parte mais importante, ou pelo menos na parte mais visível, de seus problemas. Para isso, é preciso ser contra a “oposição” reacionária do imobilismo e aderir à “situação” dos que desejam mudanças, que são os progressistas de hoje neste Brasil tão contraditório. Ainda há tempo: o governo só consumiu um quarto de seu tempo democrático e, de toda forma, não se está falando de 2006 ou qualquer outra data. Se está considerando aqui a missão histórica de mudar o Brasil e isto não depende apenas da presidência da República, mas um pouco de todos nós.

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)
Brasília, 27 de janeiro de 2004

(artigo original):

Por que oposição?

Roberto Mangabeira Unger

Por que opor-se a governo que ainda parece contar com o apoio e a esperança da maioria do povo brasileiro? E por que não contentar-se com a oposição feita pelas forças derrotadas na eleição presidencial de 2002?

A melhor razão para fazer oposição agora não é lutar contra a política econômica mais nociva aos interesses do trabalho e da produção que já se executou no Brasil desde o governo do Marechal Dutra. Também não é combater política social que, em vez de capacitar todos e de fortalecer a classe média, prefere os programas "focados só em pobres" que as autoridades do Primeiro Mundo recomendam aos governos do Terceiro.

A razão maior para fazer oposição está no dever de resistir ao assalto em curso contra as instituições republicanas e a idéia democrática no Brasil. A relativa obscuridade desse assalto, quase invisível aos olhos da nação e distante das preocupações da população, aumenta-lhe os perigos. Jamais daremos outro rumo ao Brasil se não derrotarmos esse ataque contra a república e a democracia, removendo do poder, pelo voto, os que o desfecharam.

Compõe-se o assalto de dois elementos: um, fincado no imaginário; o outro, nas instituições e nas práticas.

No imaginário, o assalto é o esforço de reduzir, de vez por todas, o horizonte da política progressista à humanização daquilo que seria economicamente inevitável. Essa abdicação do

espírito foi consumada por meio de reviravolta que esgarçou a democracia, enfraquecendo-a. Por mais que se diga que o PT avisara, em letra miúda, que conduziria o país no figurino dos mercados financeiros, o eleitorado julgava votar por mudança de orientação. Foi enganado. E, como os falsários diziam encarnar a idéia da alternativa nacional, a trapaça ameaça desmoralizar, ao mesmo tempo, essa idéia e o voto.

Nas práticas e nas instituições, o assalto é a neutralização das forças que, em nossa sociedade tão desigual e em nossa democracia ainda frágil, podem oferecer contrapeso ao poder central. A doutrina do governo não é social-democracia nem neoliberalismo. É simplesmente hegemonia: o poder como meio e como fim. Com uma única exceção, os partidos progressistas fora do PT e as vertentes do PT fora do núcleo governante foram reduzidos a massa de manobra. A mídia, quase toda ela em situação pré-falimentar, foi quase toda posta de joelhos. Fundiram-se as agências reguladoras, os bancos públicos e os fundos de pensão num só instrumento grosseiro de manipulação de negócios. Os grandes empresários estão mais intimidados e acorados de que nunca. Agora o Palácio quer enquadrar os procuradores, cuja responsabilidade mais importante é enquadrar o Palácio. A próxima instituição a ser ameaçada com mordaca e tácio será a universidade.

Resistir a tudo isso e reabilitar a idéia de alternativa nacional são as tarefas prioritárias na política brasileira hoje. Não as podem cumprir as forças, batidas em 2002, que já brincavam com esse fogo anti-democrático e anti-republicano. Só a pode cumprir uma oposição que, despida de ilusões e de concessões porém rica em propostas e em virtudes, aceite começar do quase nada. E que anuncie ao país, ainda descrente, que se baterá em 2006 pela Presidência da República e que a ganhará.

27 de janeiro de 2004

Roberto Mangabeira Unger escreve às terças-feiras nessa coluna. www.law.harvard.edu/unger